

A MOBILIZAÇÃO INTERTEXTUAL NA MODALIDADE ARGUMENTATIVA PEDAGÓGICA EM POSTAGENS DO PERFIL @DEFENSORIAMA NO INSTAGRAM

INTERTEXTUAL MOBILIZATION IN THE PEDAGOGICAL ARGUMENTATIVE MODALITY IN POSTS FROM THE @DEFENSORIAMA PROFILE ON INSTAGRAM

Ozeias Evangelista de Oliveira Júnior (UFMA)¹

Noemy Prazeres Sousa (UFMA)²

Maria da Graça dos Santos Faria (UFMA)³

Resumo: Neste trabalho, partimos do pressuposto defendido por Cavalcante *et al.* (2022), com base em Amossy (2008, 2011, 2018), de que todos os textos são argumentativos, ainda que em diferentes graus, ou seja, apresentam um continuum de argumentatividade, no qual existem modos distintos de influenciar estrategicamente o outro. Dentre esses modos de argumentar, Amossy (2008) postula a modalidade argumentativa pedagógica, que se direciona às trocas verbais em que um locutor se coloca como detentor de um conhecimento, ou com um saber superior em relação a seu(s) interlocutor(es), utilizando-se de estratégias textuais para orientar sua argumentação, dentre elas a intertextualidade. Neste contexto, nosso objetivo principal é analisar a mobilização de processos intertextuais em textos engendrados pela modalidade argumentativa pedagógica. O estudo tem como base teórica os aportes da Linguística Textual brasileira (LT), especialmente os trabalhos de Cavalcante *et al.* (2020, 2022), os estudos sobre intertextualidades de Costa (2024), a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) postulada por Amossy (2008, 2018) e as noções da Análise do Discurso Digital (ADD) em Paveau (2021). Em relação à metodologia, classificamos esta pesquisa como qualitativa e explicativa, pois buscamos explicar e descrever o fenômeno da intertextualidade em textos de argumentação pedagógica, e utilizamos o método hipotético-dedutivo, já que partimos das lacunas de análises intertextuais na modalidade pedagógica. Quanto ao *corpus*, analisamos duas postagens realizadas pelo perfil da Defensoria Pública do Estado do Maranhão no Instagram (@defensoriama), nas quais se explicam assuntos jurídicos para o cidadão comum. Os resultados obtidos nos permitem observar a intertextualidade como uma importante estratégia argumentativa nas postagens do perfil @defensoriama, que, por sua vez, estão moldadas por um modo pedagógico de argumentação, no qual o locutor (detentor de conhecimento superior sobre um saber) gerencia esses mecanismos intertextuais com o objetivo de (re)orientar a visão de seu(s) interlocutor(es).

Palavras-chave: argumentatividade; modalidade pedagógica; intertextualidades.

Abstract: In this study, we draw on the assumption defended by Cavalcante et al. (2022), based on Amossy (2008, 2011, 2018), that all texts are argumentative, albeit to different degrees, that is, they display a continuum of argumentativity in which distinct modes of strategically influencing the other are at play. Among these modes, Amossy (2008) postulates the pedagogical argumentative

¹ Graduado em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). <https://orcid.org/0000-0003-3456-8481>. E-mail: ozeiassjr@gmail.com.

² Graduanda em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). <https://orcid.org/0009-0002-2190-3535>. E-mail: noemy.sousa@discente.ufma.br.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). <https://orcid.org/0000-0002-2704-0497>. E-mail: faria.maria@ufma.br.

modality, which is directed toward verbal exchanges in which a speaker positions themselves as the bearer of knowledge, or as holding superior expertise in relation to their interlocutor(s), making use of textual strategies to guide their argumentation—among them, intertextuality. In this context, our main objective is to analyze the mobilization of intertextual processes in texts shaped by the pedagogical argumentative modality. The study is theoretically grounded in Brazilian Text Linguistics (LT), especially the works of Cavalcante et al. (2020, 2022), Costa's (2024) studies on intertextualities, the Theory of Argumentation in Discourse (TAD) as proposed by Amossy (2008, 2018), and the notions of Digital Discourse Analysis (ADD) in Paveau (2021). As for methodology, we classify this research as qualitative and explanatory, since it aims to explain and describe the phenomenon of intertextuality in pedagogical argumentative texts, and we apply the hypothetico-deductive method, insofar as we start from the gaps in intertextual analyses within this modality. Regarding the corpus, we analyze two posts published on the Instagram profile of the Public Defender's Office of the State of Maranhão (@defensoriama), in which legal matters are explained to ordinary citizens. The findings allow us to observe intertextuality as an important argumentative strategy in the posts of @defensoriama, which, in turn, are shaped by a pedagogical mode of argumentation, in which the speaker (as the holder of superior knowledge) manages these intertextual mechanisms with the aim of (re)orienting the interlocutor's perspective.

Keywords: argumentation; pedagogical modality; intertextualities.

Introdução

A Linguística Textual brasileira, doravante LT, preconizada e em debate há mais de vinte anos pelo grupo de pesquisa Protexto (UNILAB/CNPq), estabeleceu uma série de diálogos interdisciplinares profícuos com outras perspectivas teóricas, com o objetivo de analisar a coerência como um fenômeno macro, alimentando-se de contribuições de outras áreas para assumir princípios e relacioná-los à construção de estratégias e procedimentos de textualização implicados na produção e compreensão dos sentidos postos no evento textual (Cavalcante *et al.*, 2020).

Nesse contexto, uma das interfaces mais relevantes realizadas pela LT diz respeito ao diálogo com a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), desenvolvida por Ruth Amossy. Essa teoria estabelece uma relação entre a Análise do Discurso de linha francesa e a Retórica de Aristóteles (2011 [384-322 a.C.]), bem como a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), redimensionando as análises da argumentação para o discurso.

A principal contribuição da TAD para os estudos textuais, apesar de alguns distanciamentos, encontra-se no pressuposto de que todo texto comporta uma dimensão argumentativa, pois para Cavalcante (2016, p. 122) “é na dimensão das relações de textualização que a argumentação se inscreve, em total dependência das relações de coerência textual. A argumentação é constitutiva do discurso, mas é no texto que ela se expressa”. Assim, entendemos que é no agir sobre o outro que reside a condição argumentativa de todo texto e, conseqüentemente, a sua coerência.

À luz da TAD, compreende-se que a argumentação se organiza em um *continuum* de modalidades, isto é, em diferentes formas de interação argumentativa (Amossy, 2008), cada qual com propósitos e condutas próprias ao jogo textual em que se inscreve. Nesse horizonte, interessamos destacar a modalidade argumentativa pedagógica, caracterizada pela posição assimétrica entre locutor e auditório, em que o primeiro assume o papel de transmissor de saberes, mobilizando estratégias textuais para assegurar a circulação do conhecimento. Entre essas estratégias, tomamos como foco a intertextualidade, entendida como mecanismo de agenciamento de novos sentidos produzidos no e pelo diálogo intertextual.

Nesse sentido, esta investigação surge da necessidade de investigações que se debruçam sobre a análise de outros funcionamentos argumentativos, nos quais o projeto de influência não se desenvolve exclusivamente pela defesa de uma tese, mas que, em alguma medida, buscam reorientar a visão do interlocutor sobre o mundo e as coisas.

Trabalhos como o de Rafael Oliveira (2020), que analisou a mobilização do pathos em textos de modalidade polêmica. Geana Silveira (2022) que, por sua vez, observa essa questão do pathos na modalidade patêmica. Sobre a modalidade polêmica, destacamos ainda o trabalho pioneiro de Patrícia Macêdo (2018) e, mais recentemente, o de Rafael Dutra (2024) sobre a função de protesto nesta modalidade. No entanto, observamos que ainda são escassos os trabalhos que se dedicam à modalidade argumentativa pedagógica, o que demonstra a necessidade de investigações nesse campo.

Com o objetivo de investigarmos, de modo especial, essa modalidade argumentativa, propusemo-nos a analisar a mobilização de processos intertextuais em textos engendrados pela modalidade pedagógica. Analisamos, assim, duas postagens realizadas pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão em seu perfil no Instagram (@defensoriamma). Esse perfil manifesta-se em posição superior em relação a um saber jurídico, com vistas a ensinar e auxiliar um auditório de cidadãos comuns, que possuem pouco conhecimento sobre esse saber.

No que diz respeito à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. Quanto aos objetivos, caracterizamo-la como explicativa e descritiva, visto que buscamos explicar e descrever a mobilização da intertextualidade na modalidade pedagógica. O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, já que partimos de lacunas nos estudos dos processos intertextuais nessa modalidade (Lakatos e Marconi, 2001). Utilizamos, também, as categorias de análise próprias da LT (Cavalcante *et al.*, 2022).

Para além desta parte introdutória, o trabalho segue esta ordem: primeiramente, tratamos do princípio de argumentatividade na LT, tomando como base, principalmente, os estudos de Cavalcante *et al.* (2020, 2022) e Amossy (2008, 2011, 2018). Em seguida, abordamos a classificação das modalidades argumentativas definidas em Amossy (2008) para, no tópico seguinte, trazermos reflexões específicas sobre a modalidade pedagógica. Depois, apresentamos um panorama sobre a textualidade no ambiente digital (Paveau, 2021) e os estudos de intertextualidade da LT (Costa, 2024). Por fim, explicamos os procedimentos metodológicos, a análise e, nas últimas seções, as considerações finais.

1 Aportes teóricos

1.1 A argumentatividade em Linguística Textual

Antes da profícua interface com a TAD para embasar o pressuposto atual da argumentatividade nos textos, a LT já defendia, de modo inicial, que todo uso de linguagem é argumentativo, fundamentando-se principalmente em estudos da pragmática (Koch, 1984) e da análise textual dos discursos (Adam, 2019 [1992]). Contudo, é a partir dos diálogos com a TAD que se consolida o pressuposto de que todos os textos possuem uma argumentatividade (Amossy, 2018), não a tomando como um objeto a ser teorizado, mas considerando-a como uma motivação para a análise do texto e de suas estratégias, em suas organizações e nas relações que se impõem (Cavalcante *et al.*, 2020, 2022). Esta reivindicação da argumentatividade nos textos, para LT, advém do reconhecimento de que:

Em todo enunciado, há pontos de vista que são gerenciados intencionalmente, com o objetivo de influenciar, de forma estratégica, o outro, utilizando diferentes formas de textualização para evidenciar o ponto de vista central a ser defendido. (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 98)

Os autores também argumentam que outras formas de sequências textuais, além da argumentativa, não deixam de pressupor uma orientação argumentativa, pois auxiliam o locutor/enunciador a gerenciar os modos de ver dos parceiros.

Cavalcante *et al.* (2022) defendem que todos os critérios da LT podem revelar as tentativas do locutor principal de agir sobre o seu dizer. Embora essas trocas sejam admitidas como estratégicas, temos que ressaltar que os participantes também “sofrem as coerções sociais dos contratos comunicativos que se estabelecem em cada interação, em virtude de cada gênero e da contextualização do cenário ou campo dêitico” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 98)

Há, no entanto, uma diferença que deve ser observada entre os graus de argumentatividade dos textos, no que diz respeito à questão dos textos de dimensão argumentativa, com ou sem visada propostos por Amossy (2011). Entendemos que um texto possui **visada argumentativa** quando o locutor tem o objetivo de produzir um texto que leve o interlocutor a aderir à sua tese sobre o tema debatido, como é o caso de gêneros como artigos de opinião, ação judicial e debate eleitoral (Cavalcante *et al.*, 2020). Pinto, Cavalcante e Brito (2018) acrescentam que um texto só pode ser considerado como possuidor de visada argumentativa quando há uma sequência argumentativa dominante (tese-argumentos-conclusão). Porém, em pesquisas mais recentes, Oliveira e Cavalcante (2024, p. 122) defendem que “um texto que não se organiza por uma sequência argumentativa dominante, pode haver uma tese, e também que uma tese possa existir independentemente da explicitação de argumentos”, propondo assim uma reformulação na identificação da visada argumentativa.

A **dimensão argumentativa** está presente em todos os textos, inclusive naqueles de visada, e consiste na “tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s)” (Amossy, 2011, p. 131). Estes graus de explicitude da argumentatividade não têm relação com a força persuasiva dos textos, pois um texto sem visada argumentativa pode ter uma persuasão tão grande quanto aquele que tem esta intencionalidade. Assim, consideramos que argumentar é um “meio de agir sobre o outro, tentando fazê-lo aderir a um ponto de vista ou mesmo mudar de direção quanto a seu modo de ver e de sentir em relação a uma questão social” (Cavalcante *et al.* 2022, p. 113).

A partir dos diferentes graus de argumentatividade, Amossy (2011) desenvolve uma teoria da argumentação ampliada, na qual a argumentação é vista como uma forma para orientar os modos de ver, pensar e até sentir do interlocutor. Para sustentar essa abordagem, Amossy (2008) introduz o conceito de modalidades argumentativas, contrapondo-as aos modos argumentativo e não argumentativo, defendendo, dessa forma, a ideia de que a argumentação não se restringe a uma única forma, mas sim que envolve uma diversidade de modos e abordagens.

1.2 As modalidades argumentativas

Amossy (2008), ao buscar operacionalizar o funcionamento da argumentatividade, propõe a noção de modalidades argumentativas, definidas como “tipos de trocas argumentativas que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona tanto num quadro dialogal quanto num dialógico” (p. 232). Essa concepção reitera sua perspectiva de que a argumentação é orientada por fatores contextuais e pelas ordens do discurso que a estruturam, eixo central da TAD.

Nessa mesma direção, Oliveira, Cavalcante e Silveira (2020, p. 12) observam que “todo projeto persuasivo se manifesta de diferentes modos e está subordinado à situação de enunciação e às restrições impostas pelos gêneros discursivos e pelos modos de interagir”. A ênfase recai, portanto, sobre a natureza situada da argumentação, que se realiza de acordo com as condições enunciativas que a configuram.

Para consolidar a proposta, Amossy (2008) introduz a noção de um *continuum* de argumentatividade, reconhecendo que há múltiplas formas de interação na tentativa de influenciar

o outro. É nesse quadro teórico que a autora apresenta seis modalidades argumentativas, definindo alguns parâmetros para a identificação dessas modalidades:

- a) os papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo - os participantes podem desempenhar, por exemplo, papéis de adversários, parceiros, detentores do saber, aprendizes, etc;
- b) a maneira pela qual o locutor se relaciona com o interlocutor, isto é o modo como tenta influenciá-lo - como pela razão, emoção, instrução, dissenso, etc;
- c) o modo como o interlocutor é visto na interação, pode ser por meio da razão, sentimento, aluno, discípulo, cúmplice, ou rival, dentre outros. (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 43)

Diante desses parâmetros, Amossy (2008) apresenta as seguintes modalidades argumentativas: modalidade demonstrativa, modalidade patêmica, modalidade pedagógica, modalidade de coconstrução, modalidade negociada e modalidade polêmica, que discutiremos a seguir de modo breve e, posteriormente, teceremos reflexões mais específicas sobre a modalidade pedagógica, foco deste trabalho.

A **modalidade demonstrativa** ocorre quando uma tese é apresentada pelo locutor em um discurso, que pode ser monogerido ou poligerido. Os exemplos citados pela autora são: o ensaio filosófico, o discurso parlamentar, o editorial, o artigo científico, etc. A **modalidade patêmica** se dá quando uma tese e um ponto de vista são apresentados no texto monogerido ou num diálogo, de modo a “tocar” o auditório, para obter sua adesão. Amossy cita como exemplos dessa modalidade o apelo à ajuda humanitária, a defesa perante os jurados e o discurso lírico (Amossy, 2008).

Outra modalidade é a **pedagógica**, que terá mais destaque no tópico seguinte, sendo aquela que ocorre quando há a transferência de um saber a um aprendiz, como nas aulas, livros didáticos, exposições orais em congressos, etc. A **modalidade de coconstrução** prevê “interações concretas ao longo das quais os participantes constroem as respostas para o problema levantado em conjunto” (Amossy, 2008, p. 234). Os exemplos para essa modalidade são: reuniões profissionais, conversa familiar, entre outros.

A **modalidade negociada** ocorre quando “parceiros que ocupam posições divergentes, e mesmo conflituosas, se esforçam para encontrar uma solução para o problema comum que os divide” (Amossy, 2008, p. 35). Pode ser compreendida como uma negociação entre os participantes da interação. Alguns exemplos são as trocas diplomáticas orais e escritas e as negociações comerciais. Por fim, a **modalidade polêmica**, que se manifesta “em uma confrontação violenta entre teses antagônicas, duas instâncias em total desacordo tentam obter a convicção do outro, ou do terceiro que os escuta, atacando as teses adversárias e desacreditando o opositor” (Amossy, 2008, p. 237). Os debates políticos e os embates sobre questões divisórias de opinião são exemplos dessa modalidade. A própria manifestação do dissenso.

1.3 A modalidade argumentativa pedagógica

Segundo Amossy (2008, p. 234), a modalidade pedagógica se caracteriza pelo fato de que “um locutor se coloca em posição superior e leva à reflexão um auditório que ocupa o lugar de aprendiz”. Trata-se, portanto, de uma modalidade em que os papéis do locutor e do alocutário se estabelecem em relações assimétricas de poder: aquele que detém um saber posiciona-se para transmiti-lo a quem sabe menos. Exemplos dessa configuração podem ser encontrados em discursos monogeridos, como livros didáticos e reportagens, ou ainda em discursos poligeridos, como as aulas (Cavalcante *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, compreendemos que, na modalidade pedagógica, o locutor mobiliza sua posição de detentor de conhecimento para persuadir o interlocutor de maneira colaborativa e

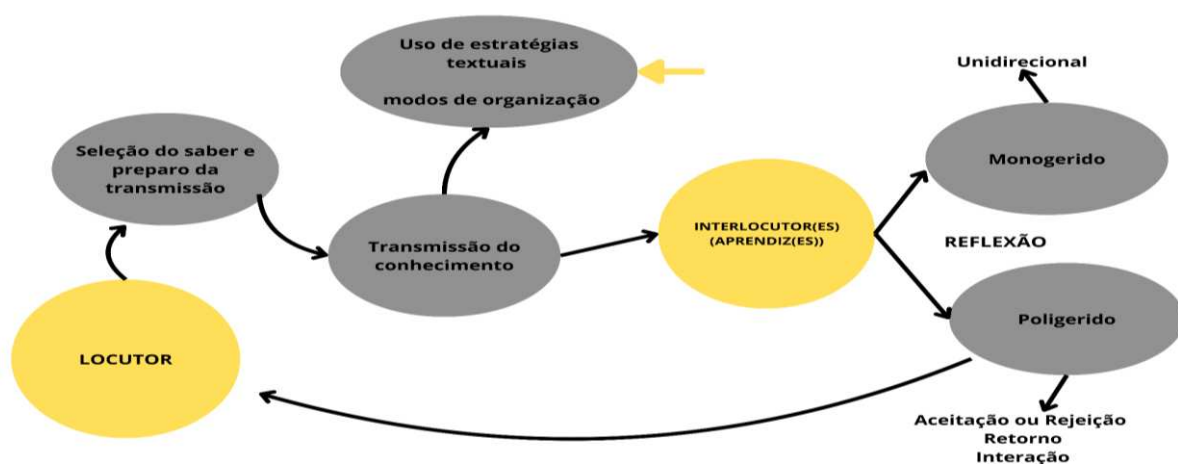
orientada ao consenso, em contraste com o caráter confrontativo que marca a modalidade polêmica. A dimensão persuasiva, nesse caso, assume também um caráter educativo: embora haja diferença de papéis na interação, o locutor planeja a transmissão do saber, seja em contextos monogeridos ou poligeridos, com a finalidade de instruir e, ao mesmo tempo, influenciar o auditório.

Oliveira, Cavalcante e Silveira (2020, p. 13) acrescentam que, nessa modalidade, o locutor “prepara seu dizer de modo a transmitir convincentemente ao auditório que é verdadeiro e pertinente adquirir tal conhecimento, fazendo a seleção do que e como será dito para convencer e ensinar o alocutário”. Fica evidenciado, assim, o papel central do locutor, que organiza e administra a forma como o conhecimento será conduzido à reflexão.

É justamente nesse ponto que se inscreve o foco deste trabalho: no modo como o saber é textualizado pelo locutor. Partimos do pressuposto de que, nesse processo, podem ser convocados diferentes modos de organização textual, como os textos de incitação à ação, e múltiplas estratégias de textualização, entre as quais os processos referenciais, as sequências textuais, os gêneros e, de modo particular, a intertextualidade, que constitui o objeto de nossa análise.

Não obstante, deparamo-nos com a dificuldade de haver ainda poucos estudos que se dedicam especificamente à modalidade pedagógica, o que gera uma escassez de referenciais para a sua operacionalização analítica. Com vistas a contribuir para o preenchimento dessa lacuna, propomos, a seguir, um esquema que busca sistematizar esse funcionamento.

Esquema 1 - Modalidade pedagógica com base em Amossy (2008)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Para ilustrar, consideremos o caso de um palestrante que se dirige a uma escola para ministrar uma palestra sobre racismo. Antes do evento, ele seleciona cuidadosamente os aspectos do racismo que irá abordar para planejar a melhor forma de transmitir esse conhecimento de maneira convincente. Ele organiza o conteúdo de modo a tornar sua mensagem aceitável e pertinente para os interlocutores, escolhendo as estratégias mais eficazes, como alusão a fatos históricos, citações de teóricos, imagens ou trechos de novelas. Esse planejamento visa uma tentativa de orientar os interlocutores da relevância do tema, levando em consideração os contextos socioculturais dos interlocutores, e a imagem produzida por esse locutor a fim de garantir a adesão ao conhecimento transmitido.

No ambiente digital, podemos observar cientistas e pesquisadores que, ao popularizarem suas pesquisas nas redes sociais, utilizam uma linguagem simplificada para facilitar a compreensão do público geral. Além disso, as trends, tutoriais de maquiagem e de outros conteúdos, assim como

a didatização de temas complexos por órgãos governamentais e não governamentais, ilustram como diversos assuntos são transmitidos no ambiente digital de modo argumentativamente pedagógico. Essas práticas buscam repassar conhecimentos de forma acessível, ajustando-se ao contexto digital, por meio de estratégias, e aos interesses dos usuários, reforçando a presença da modalidade pedagógica no ambiente virtual.

1.4 Alguns apontamentos sobre os textos em ambiente digital

O tecnodiscurso, de acordo com Marie-Anne Paveau (2021, p. 36), diz respeito ao “conjunto de produções verbais elaboradas online, em quaisquer que sejam os aparelhos, as interfaces, as plataformas ou as ferramentas da escrita”. Seguindo uma concepção pós-dualista, Paveau (2021) prevê nos textos o hibridismo máquina-humano em todos os elementos que estão em contexto. Dessa forma, entende que todos os textos são multissemióticos, sendo compostos de diversos tipos de semioses que produzem efeitos de sentido em conjunto.

Seguindo esse viés, Paveau (2021) propõe seis características para descrever as produções textuais nativas em contexto digital: a) a composição, que diz respeito à relação entre matéria linguageira e recursos tecnológicos; b) a deslinearização, já que essas produções textuais não se apresentam obrigatoriamente de forma linear; c) o aumento, referente à extensão possibilitada pelas ferramentas de escrita na Internet; d) a relacionalidade, em função da relação entre as produções digitais e outros textos; e) a investigabilidade, pela possibilidade de rastreamento; e f) a imprevisibilidade da mudança de forma ou de conteúdo que os tecnodiscursos podem apresentar no contexto online (Paveau, 2021).

Dessa forma, os textos em ambientes digitais apresentam, conforme Martins (2024), características específicas de interação, circulação e co-construção de sentidos, permitindo o funcionamento de recursos próprios desse ambiente de produção e recepção. Esses textos contemplam, sobretudo, as interações online na internet, o que possibilita a mobilização de estratégias e procedimentos próprios do ambiente digital, assim como a construção de sentidos em rede, articulando produção, recepção e circulação de forma integrada (Martins, 2024).

1.5 As intertextualidades no ambiente digital à luz da LT

Aqui defendemos que todo texto passa a ser entendido não apenas como uma tentativa de levar um auditório à adesão de uma tese, mas também “como uma tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos **recursos da linguagem**, a visão das coisas da parte do alocutário” (Amossy, 2011, p. 130, *grifos nossos*).

Entre os recursos da linguagem, entendemos que a intertextualidade é um fenômeno textual por meio do qual é possível (re)construir sentidos. Esse recurso confere criatividade e força argumentativa aos textos, estabelecendo-se de diversas formas, como remissões do léxico, estruturas fonológicas, sintáticas, gênero, estilo e temática (Cavalcante *et al.*, 2022).

Para chegar a essa concepção dos processos intertextuais, foi necessário recorrer a diversas pesquisas, incluindo os estudos literários, campo que promulga o estudo desse fenômeno. Nesse sentido, acreditamos que para melhor compreender as contribuições apresentadas por estas pesquisas que nos conduziram à definição adotada pela LT brasileira, e a fim de esclarecer melhor a proposta de Costa (2024), classificação adotada em nosso trabalho, faremos uma breve retomada de estudos anteriores.

O pressuposto de que os textos estabelecem diálogos entre si advém da noção de dialogismo cunhado por Bakhtin (2011[1979]). Para o autor, esse acontecimento é constitutivo da linguagem, pois todo enunciado evoca enunciados anteriores e estabelece relação com enunciados futuros. Contudo, foi Kristeva (1974), baseada no dialogismo bakhtiniano, que fundou o termo

intertextualidade, ainda nos estudos literários, defendendo que um texto está em um eterno diálogo com outros textos, seja de maneira direta ou indireta.

Na obra *Palimpsestos*, Genette (2010[1982]), seguindo a mesma linha de Kristeva (1974) nos estudos literários, propôs um avanço importante nestes estudos ao definir uma classificação de tipos intertextuais, em que classifica o conjunto de relações entre textos de transtextualidades e reserva ao termo intertextualidade aqueles casos em que há partes do texto-fonte no intertexto.

Piègay-Gros (2010[1996]), mais tarde e ainda nos estudos literários, reorganiza o quadro teórico Genettiano, designando o termo intertextualidade para se referir às relações intertextuais que apresentassem copresença e/ou derivação. Assim, embora mantenha sem renovações boa parte das nomenclaturas dadas por Genette, a autora amplia o conceito de intertextualidade para além dos processos de citação, plágio e alusão.

Em Sant'anna (2003), encontramos um modelo funcional com quatro categorias analíticas mais abrangentes e semiológicas da intertextualidade, as quais foram organizadas em dois eixos opostos: o eixo parafrástico, responsável por abranger a repetição e a consagração do que é dado, e o eixo parodístico, que comporta a contestação e a contradição.

Contudo, no âmbito dos estudos linguísticos, é na LT brasileira, com as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Prottexto que a intertextualidade passa a ser tratada em textos fora da esfera literária, tanto em textos verbais (Koch; Bentes; Cavalcante, 2007; Nobre, 2014) quanto em verbo-imagéticos (Faria, 2014; Cavalcante *et al.*, 2020, 2022; Costa, 2024), de diversos gêneros e em diversos espaços de circulação, sendo seus processos reorganizados em classificações e subclassificações pela tese de Ana Paula Lima de Carvalho (2018).

Os estudos de Carvalho (2018) são os que conferem ao fenômeno da intertextualidade uma visão mais ampla, uma vez que considera as ocorrências intertextuais estritas em que se pode recuperar o texto-fonte e aquelas em que existe uma relação intertextual ampla “em que o diálogo se dá não entre textos específicos, mas entre um texto e um conjunto de textos” (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 105).

Nas intertextualidades estritas, ainda de acordo com Carvalho (2018), ocorrem as relações de copresença que se dão por meio da citação literal, alusão estrita, parafraseamento. Dentro das derivações, Carvalho (2018) coloca a paródia, a transposição e a metatextualidade. Nos processos intertextuais amplos, existem três situações que podem ou não ser reconhecidas pelo interlocutor: imitação de parâmetros de gênero, imitação de estilo de autor e alusão ampla.

Em estudos mais recentes, Costa (2024) defende que, mesmo que não existam novas formas de intertextualidade, há uma evolução dos processos intertextuais pré-digitais, propostos por Carvalho (2018), nos ecossistemas nativos digitais, que possuem ferramentas próprias de (re)produção e são gerados pelo hibridismo homem-máquina.

Dessa forma, Costa (2024) repensa as definições dos processos intertextuais, tendo em vista como as tecnodiscursividades fazem intertextualidade. Em outros termos, a autora fornece uma explicação de como os recursos tecnológicos promovem “uma relacionalidade entre textos, por meio das redes sociais, com as ferramentas tecnológicas que são utilizadas no cotidiano” (Costa, 2024, p. 117). Vejamos no quadro abaixo as diferentes formas de intertextualidade em ambientes digitais, que sintetizam e organizam os conceitos discutidos por Costa (2024) e que adotamos como critério de classificação nesta pesquisa, tendo em vista que o corpus é composto exclusivamente por textos oriundos deste ambiente.

Quadro 1 - Intertextualidades em ambientes digitais

| INTERTEXTUALIDADES EM AMBIENTES DIGITAIS | | |
|--|---------|--|
| O compartilhamento de conteúdo | CITAÇÃO | Refere-se ao uso de partes específicas de um texto anterior em um novo contexto comunicativo, acompanhada sempre de comentários. |

| | | |
|-----------------------------|----------------|---|
| | TRANSPOSIÇÃO | Envolve a modificação dos espaços internos ou a conversão entre diferentes ecossistemas. Esse processo adapta o conteúdo de um ambiente para outro, preservando a essência da informação enquanto a recontextualiza de acordo com as especificidades do novo espaço comunicativo. |
| Palavras clicáveis | REFERÊNCIA | Consiste na menção de conteúdos por meio do uso de palavras-chave clicáveis, como arroba (@) e hashtag (#), que desempenham funções importantes de marcação, redocumentação e rastreabilidade. Essas referências facilitam a localização e a conexão de informações dentro dos ecossistemas digitais, contribuindo para a organização e a navegação de conteúdos. |
| Conjunto de dados da rede | ALUSÃO ESTRITA | Refere-se a textos que apela ao "conjunto de dados do sistema" e ao contexto específico para a criação de seus significados. |
| Enunciados multissemióticos | PARÁFRASE | Envolve a retomada de um texto, inserido na memória coletiva, através de alusões amplas que reformulam a ideia original em novas formas linguísticas. Esse processo permite que o conteúdo seja reinterpretado e adaptado a diferentes contextos comunicativos enquanto mantém a conexão com o texto original. |
| | PARÓDIA | Caracteriza-se pela repetição transformada de partes do texto original com a intenção de provocar humor. A transformação é realizada por meio de recursos técnicos específicos que auxiliam na elaboração e na disseminação da postagem, proporcionando uma nova perspectiva crítica e humorística sobre o conteúdo original. |
| Alusão ampla | | Serve como o ponto de partida para todos os processos intertextuais. Esse tipo de alusão cria um contexto abrangente que facilita a integração e a adaptação de diversos textos e informações, estabelecendo uma base para a intertextualidade em múltiplos níveis. |

Fonte: Costa (2024, p. 118)

2 Procedimentos metodológicos

Em relação aos procedimentos metodológicos, este trabalho se configura como uma pesquisa bibliográfica, conforme a caracterização dada por Gil (1999). O método de abordagem adotado é de natureza hipotético-dedutiva, considerando que o estudo se origina a partir do interesse de analisar categorias textuais, como a intertextualidade na modalidade pedagógica e os recursos disponíveis no meio digital sobre esta modalidade, como tutoriais, trends entre outros.

Quanto ao tratamento dos dados, esta pesquisa é classificada como qualitativa e descritiva, uma vez que utiliza da interpretação, descrição e atribuição de significados aos dados analisados. Ou seja, o objetivo é interpretar e descrever como recursos intertextuais são mobilizados em textos da modalidade pedagógica.

A coleta de dados concentra-se em um corpus composto exclusivamente por textos provenientes do ambiente digital, especificamente do Instagram. Dessa forma, mantemos a coerência com o programa teórico-metodológico da LT (Cavalcante et al. 2022) e com a abordagem ecológica dos textos, conforme proposta por Marie-Anne Paveau (2021).

A seleção do corpus obedeceu aos seguintes critérios: a) As postagens deveriam adotar a modalidade argumentativa pedagógica; b) deveriam apresentar uma pessoa ou órgão assumindo uma posição superior, com o objetivo de transmitir conteúdo a um público; c) As postagens deveriam ser realizadas por perfis públicos, preferencialmente com alguma função social, pois acreditamos que esses perfis tendem a utilizar com maior frequência a modalidade pedagógica de argumentação. Com base nesses critérios, selecionamos o perfil da Defensoria Pública do Estado do Maranhão no Instagram, que se destacou nas buscas realizadas. A coleta dos dados foi feita por meio de capturas de tela. A primeira postagem selecionada aborda a doação de bens em vida, a segunda e última trata do uso de falas preconceituosas e capacitistas.

Em relação à análise dos dados, as postagens selecionadas foram publicadas no formato “carrossel”, ou seja, com mais de uma imagem por postagem. Para a análise, denominaremos as imagens de “cards”, numerando-os conforme sua ordem na postagem. A análise será realizada inicialmente pela contextualização geral das postagens, seguida da identificação da modalidade pedagógica nelas presente. Posteriormente, será feita a análise dos processos intertextuais, com ênfase na relação desses processos com a modalidade argumentativa pedagógica adotada nas postagens.

Analisaremos ainda três comentários de cada postagem, a fim de demonstrar a pertinência do conteúdo tratado para os usuários e também para entender como esta ferramenta disponibilizada no ambiente tecnológico auxilia no retorno ao locutor sobre o conteúdo transmitido. Os comentários serão numerados de 1 a 3 para cada postagem e terão a identificação dos usuários suprimida.

3 Processos intertextuais como estratégia argumentativa em textos na modalidade argumentativa pedagógica

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão é uma instituição pública do poder judiciário que tem como principal finalidade a promoção de orientação jurídica, direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita (Maranhão, 1994). Esta instituição tem a finalidade de promover essas orientações àqueles que não possuem condições financeiras de arcar com os custos de encargos e honorários advocatícios do processo judicial. Buscando promover justiça social e cidadania por meio de diversas ações de aproximação com a sociedade.

Dentre essas ações e com a expansão do acesso à internet, destaca-se o perfil judiciário no Maranhão na rede social Instagram, nomeado @defensoriama, que tem uma participação ativa desde 2017, contando com mais de sessenta mil seguidores e cinco mil publicações. As publicações, de forma geral, buscam informar o cidadão comum sobre assuntos jurídicos, que muitas vezes estão inacessíveis ao público em geral, seja pelo baixo nível de escolaridade, seja pelo alto grau de rebuscamento presente em documentos que circulam nesse meio.

Como uma forma de didatizar certas questões do campo jurídico, o perfil @defensoriama utiliza diversas relações entre textos, intertextualidades, numa tentativa de que seu público, seguidores da rede social, detenham ou, mais simplesmente, reorientem suas visões a respeito de determinado assunto.

Para ilustrar o uso da estratégia argumentativa da intertextualidade na modalidade argumentativa pedagógica em postagens da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (@defensoriama), analisaremos duas publicações retiradas da rede social Instagram. A primeira, contida nas figuras 1, 2 e 3, aborda a doação de bens em vida e a segunda, contida nas figura 5, discute o uso de termos capacitistas em falas corriqueiras.

Figura 1 - Postagem 1 do @defensoriama (card 1 e legenda)



Fonte: Instagram (2024). Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C8UibSGMxi9/?utm_source=ig_web_button_share_sheet

A postagem 1 tem como temática central o processo de doação de bens em vida pelo cidadão comum. Para explicar este processo ao cidadão, o perfil recorre ao contexto da reprise da novela “Alma Gêmea”, produzida e exibida pela TV Globo. Sua exibição original aconteceu no ano de 2005, e suas reprises ocorreram, respectivamente, nos anos de 2009 e 2024 na sua emissora original, e em 2022, no canal de TV por assinatura Viva. Na novela, a personagem Cristina e Luna são primas, e a avó delas, Adelaide, resolve doar somente à Luna suas jóias. Cristina passa a novela toda inconformada por não ter sido presenteada, chegando até a roubar as jóias, justificando seu inconformismo com a alegação que as jóias eram suas por direito, por ser a neta mais velha.

A postagem realizada pelo perfil @defensoriama utiliza desse enredo, que está de certo modo vivo na memória da sociedade, visto o ano da exibição original e as reprises subsequentes, inclusive a de 2024, para explicar para a população como funciona o processo de doação de bens em vida.

Neste contexto, o perfil @defensoriama assume o papel de locutor desta troca verbal, sendo a figura em posição superior a esse saber, e os seguidores do perfil são o seu auditório, o público alvo para quem o saber está sendo transmitido. O perfil é o responsável por organizar como transmitir este saber para seus interlocutores, considerados no plural pelas postagens terem comentários abertos, o que possibilita aos usuários trocas verbais com o locutor mesmo que este não seja obrigado a responder.

No card 1 da postagem 1, inicia-se com a frase que a personagem Cristina utilizava para justificar seu descontentamento com a atitude da avó: “Essas jóias são minhas por direito. Eu sou a neta mais velha e a vovó devia ter dado as jóias para mim”, caracterizando um processo intertextual de citação, visto que resgata “partes específicas de um texto anterior em um novo contexto comunicativo” (Costa, 2024, p. 118) e facilmente identificável pelo uso de aspas no topo do card. Configura-se também como citação a foto colocada da personagem e das rosas que são apresentadas na abertura da telenovela, visto que esse elemento imagético faz parte do texto originador desse intertexto.

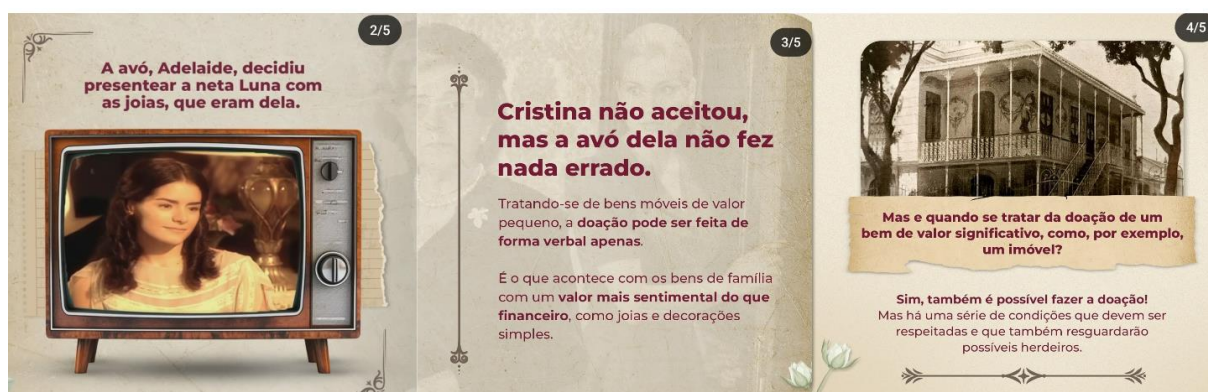
Podemos destacar que os processos de copresença apresentados, no caso a citação, favorecem a formação da alusão, um processo de derivação, nos cards seguintes, corroborando com o que demonstra Faria (2014) em sua tese, ao observar que os processos de derivação recorrem aos de copresença para se estabelecerem, permanecendo assim no ambiente digital.

É importante ressaltar, ainda, dentro do escopo das intertextualidades presentes na postagem, o recurso tecnolinguageiro da hashtag (#), que, para Dutra e Faria (2022, p. 105),

estabelece "uma relação intertextual evidenciada pela alusão ampla a textos não particulares", o que, na postagem, ocorre pela presença da #almagemea, que irá inserir esta postagem em um fio discursivo de textos com a mesma temática.

Cabe destacar que a pergunta colocada pelo perfil no card "Será mesmo Cristina?" já ajuda o locutor a se posicionar no lugar de quem domina o saber, o que é reforçado também na legenda, quando afirma: "Mas a gente veio explicar essa história. E você vai ver que a ficção é bem semelhante ao que acontece na realidade. Passa pro lado pra entender melhor", demonstrando que, a partir desse momento, vai ensinar aos seus aprendizes como a lei deve ser entendida.

Figura 2 - Postagem 1 do @defensoriama (cards 2 ao 4)



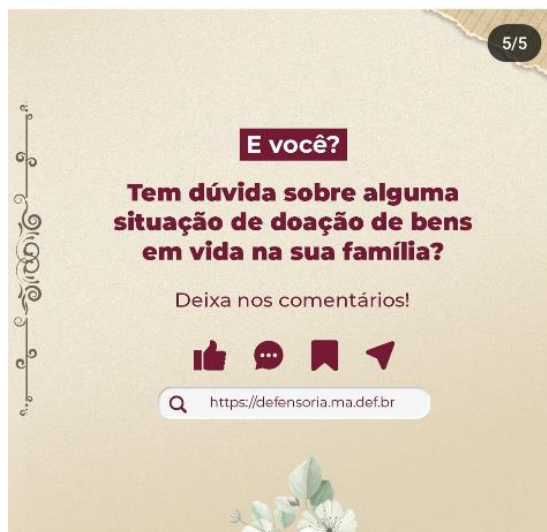
Fonte: Instagram (2024). Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C8UibSGMxi9/?utm_source=ig_web_button_share_sheet

No segundo card, ocorre novamente o processo intertextual de citação, visto que o perfil @defensoriama traz para a postagem um vídeo com o momento em que a avó faz a doação a Luna. Essa caracterização de citação é perceptível ao observarmos que o vídeo está envolto de uma moldura de televisão, servindo como uma marca tipográfica do ambiente tecnológico, conforme Costa (2024). Nesse sentido, os cards 1 e 2 servem, em um primeiro momento, para contextualizar a situação aos seus interlocutores, para então partir para as explicações dos direitos de doação nos cards seguintes.

Nos cards 3 e 4, o perfil da Defensoria, a partir de alusões estritas, começa a explicar o direito da doação de bens em vida. A postagem explica esse direito de uma forma mais acessível e com linguagem simplificada a partir da história de Cristina. Diz-se que Adelaide, avó de Cristina e Luna, não fez nada de errado ao doar somente para uma neta, visto que bens móveis de valor pequeno e/ou sentimental podem ser doados de forma verbal para quem o dono desejar. Já bens de valor significativo devem obedecer a uma série de condições para proteger futuros herdeiros.

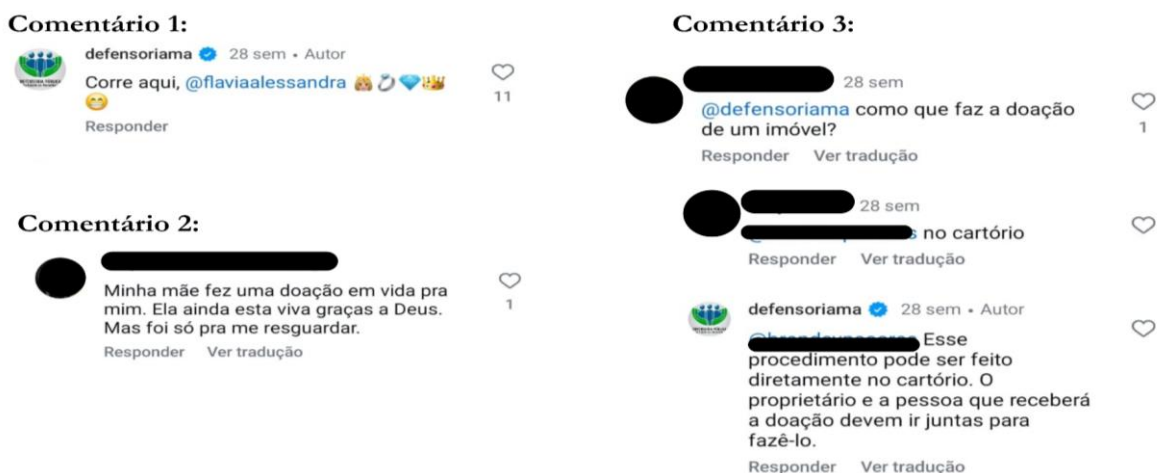
Figura 3 - Postagem 1 do @defensoriama (card 5)



Fonte: Instagram (2024). Disponível em: https://www.instagram.com/p/C8UibSGMxi9/?utm_source=ig_web_button_share_sheet

No último card da postagem 1, o perfil deixa espaço para que os interactantes possam enviar, nos comentários, dúvidas sobre algum caso de doação em vida específico que acontece em seu contexto familiar, para que sejam atendidas pelo perfil. Essas perguntas nos comentários já fomentam um outro tipo de intertextualidade, a metatextualidade, uma vez que o comentário comenta/avalia/concorda/discorda do texto original, além de favorecerem uma troca poligerida, como podemos observar nos comentários abaixo.

Figura 4 - Comentários 1, 2 e 3 selecionados da postagem 1 do @defensoriama



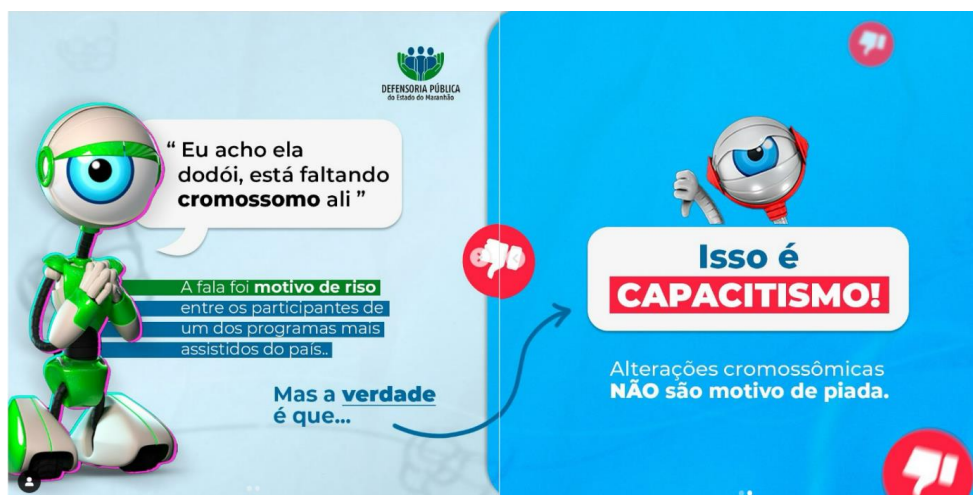
Fonte: Instagram (2024). Disponível em: https://www.instagram.com/p/C8UibSGMxi9/?utm_source=ig_web_button_share_sheet

No comentário 1, o perfil da Defensoria Pública marca o perfil @flaviaalessandra, que pertence à atriz brasileira Flávia Alessandra, que atuou no papel da personagem Cristina em Alma Gêmea. Essa marcação configura um processo intertextual de referência, que, no ambiente tecnológico, facilita a localização e "a conexão de informações dentro dos ecossistemas digitais, contribuindo para a organização e a navegação de conteúdos" (Costa, 2024, p. 116), ajudando assim, mais uma vez, os usuários a associarem a lei à história da personagem.

No que tange à reflexão do conteúdo transmitido, conforme apresentamos no esquema de funcionamento da modalidade pedagógica, temos nos comentários 2 e 3 exemplos desta etapa. No comentário 2, um usuário comenta sobre um caso parecido que aconteceu em sua vida pessoal, demonstrando a associação que fez da postagem com a sua vivência. Já no comentário 3, após o usuário refletir sobre o conteúdo que estava sendo transmitido, ainda lhe restaram dúvidas, que foram transpostas no comentário, sendo respondidas tanto pelo locutor quanto por outro usuário, representando o poligerismo da interação.

Em síntese, a postagem 1 utiliza da história da novela *Alma Gêmea*, por meio de processos intertextuais de alusão e citação, para explicar à sociedade como funciona o direito de doação de bens em vida. Estrategicamente, a intertextualidade foi utilizada na postagem, a partir do intertexto feito pelo perfil, os interlocutores associam a história de que eles já têm conhecimento à explicação que o perfil dá sobre esses tipos de doação, facilitando o acesso das pessoas a esse direito, por meio de um modo pedagógico de argumentar.

Figura 5 - Postagem 2 do @defensoriama (cards 1 e 2)



Fonte: Instagram (2024). Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C4tVt8gpOOg/?utm_source=ig_web_button_share_sheet

A postagem 2 tem como temática principal ensinar aos usuários que algumas expressões utilizadas como brincadeira são preconceituosas e capacitistas. O contexto de publicação foi durante a exibição do reality show *Big Brother Brasil*, na TV Globo, no ano de 2024 e é recuperada na postagem em um primeiro plano pelo uso da imagem do mascote do programa, um robô câmera, que aparece nos dois cards da postagem, o que configura um processo de citação e engendra uma alusão estrita ao programa televisivo (Faria, 2014).

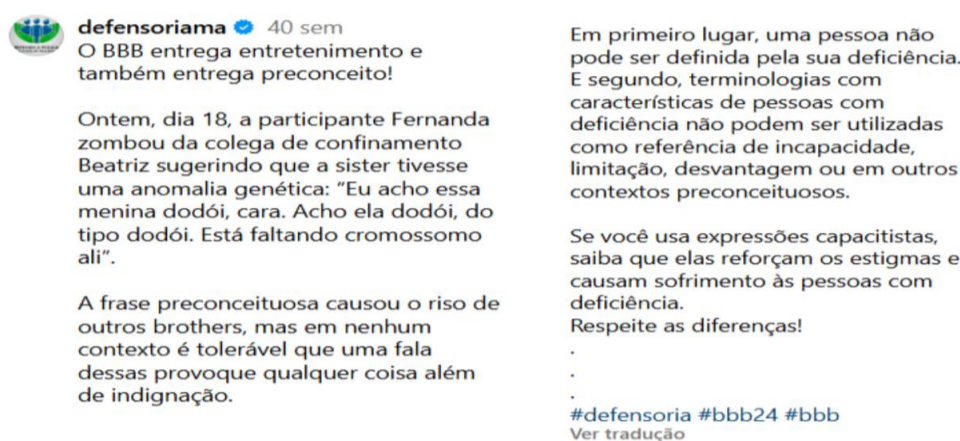
No primeiro card, ocorre o processo intertextual de citação, visto que transcreve a fala da participante Fernanda, que diz o seguinte: “Eu acho ela dodói, está faltando cromossomo ali”. A partir dessa citação, o perfil da Defensoria Pública explica para seus interlocutores o que é capacitismo e por que não se deve cometê-lo, além de aludir a fatos que ocorreram dentro da casa, como as risadas que são resgatadas pelo perfil.

É importante destacar como o perfil se coloca como detentor do conhecimento em relação a um auditório de aprendizes. Podemos perceber isso quando o perfil assume o papel de quem irá trazer a verdade sobre o assunto, como em “Mas a verdade é que...”, seguido por uma seta para o card 2, no qual se encontra a afirmação “Isso é CAPACITISMO”.

A modalidade pedagógica reside no fato de o perfil tentar, com base na fala da participante Fernanda e nas imagens negativas dos emojis e do mascote do programa, levar seus interlocutores

à reflexão sobre as frases que utilizam e ouvem cotidianamente, para que evitem o uso de sentenças como essas, que reforçam estigmas e perpetuam preconceitos e dão direito a demandas judiciais.

Figura 6 - Legenda da postagem 2 do @defensoriama



Fonte: Instagram (2024). Disponível em:

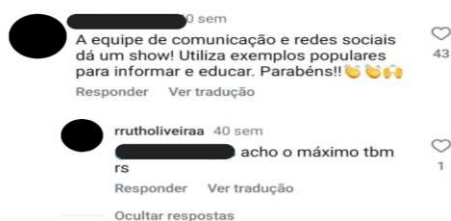
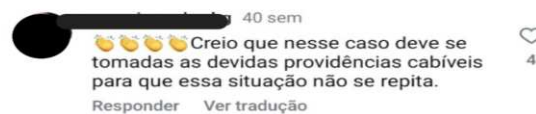
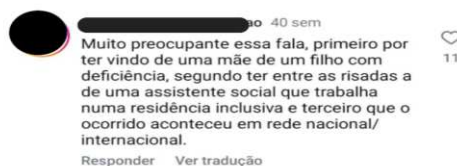
https://www.instagram.com/p/C4tVt8gpOOg/?utm_source=ig_web_button_share_sheet

As explicações sobre capacitismo ocorrem na legenda da postagem (figura 6). À parte imagética coube a citação e os recursos imagéticos alusivos, como expressões negativas do mascote do *reality* em relação à fala de Fernanda. Na legenda, o perfil faz uma explicação com uma linguagem bem acessível e de fácil compreensão que termina com a seguinte mensagem: “Se você usa expressões capacitistas, saiba que elas reforçam os estigmas e causam sofrimento às pessoas com deficiência. Respeite as diferenças!”. Dessa forma, além de trazer uma versão completa da fala da participante Fernanda, as citações e alusões foram utilizadas como uma forma de conscientizar a população de um modo geral a não utilizar expressões que manifestam preconceitos, reforçando o papel de perfil jurídico que busca garantir justiça social e cidadania.

No que tange ao uso de recursos tecnolinguageiros, destaca-se o uso das #defensoria, #bbb24 e #bbb, que inserem a postagem em uma rede de alusão ampla de conteúdos da mesma temática (Dutra e Faria, 2022). Ou seja, sempre que um usuário buscar por essas hashtags e/ou clicá-las em alguma postagem, será levado a esta “rede de textos”, em que a postagem estará presente.

A postagem 2 também deixa espaço para que os participantes da interação possam dialogar com o locutor, ainda que ele não tenha a obrigatoriedade de responder aos comentários. Defendemos que os comentários, além de fomentarem uma intertextualidade, perpetuam, sobretudo, a etapa de reflexão dos aprendizes que desejarem se manifestar, como podemos observar a seguir:

Figura 7- Comentários 1, 2 e 3 selecionados da postagem 2 do @defensoriama

Comentário 1:**Comentário 2:****Comentário 3:**

Fonte: Instagram (2024). Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C4tVt8gpOOg/?utm_source=ig_web_button_share_sheet

No comentário 1, da postagem 2, um dos aprendizes parabeniza a Defensoria Pública do Maranhão pela comunicação nas redes sociais e por utilizar exemplos populares para informar e educar, além disso utiliza de emojis aplaudindo para reforçar seu contentamento e aprendizado com as postagens, o que é reforçado por outros usuários que responderam “acho o máximo tbm rs”. Esse comentário reflete a aceitação do conteúdo por parte do aprendiz e seu retorno possibilitado pelo ecossistema digital online.

Os comentários 2 e 3 representam a assimilação feita com base no que foi instruído pelo perfil, tendo em vista que o comentário 2 atenta para as medidas judiciais que essa atitude pode acarretar e o comentário 3 alude às risadas da participante Pitel para reforçar a sua desaprovação com essa atitude, ressaltando que a participante é uma assistente social, profissão que socialmente seria contrária a essas falas.

Em suma, a postagem 2 utiliza as falas preconceituosas que ocorreram no Big Brother Brasil 2024, por meio de processos intertextuais de alusão e citação, para explicar à sociedade que estas falas preconceituosas e capacitistas devem ser evitadas, pois diminuem outras pessoas e podem levar a sanções jurídicas. Os processos intertextuais foram usados estrategicamente na postagem, em uma tentativa de levar o auditório a refletir a respeito destas falas e a tentar instruí-los a não as utilizar.

Considerações finais

Este trabalho possibilitou compreender como os processos intertextuais são utilizados como estratégia argumentativa nas postagens do perfil @defensoriamar, em que há a manifestação da modalidade pedagógica. A partir das considerações de Amossy (2008) sobre as modalidades argumentativas, é possível afirmar que a argumentação no discurso não se restringe a um único formato, mas se adapta de acordo com o contexto e os papéis dos participantes, como no exemplo da modalidade pedagógica, em que o locutor assume uma posição de superioridade para transmitir conhecimento a um público aprendiz.

As postagens aqui analisadas evidenciam a intertextualidade como um recurso linguageiro mobilizado para a construção de sentidos. Nos posts da @defensoriamar, a intertextualidade é uma estratégia fundamental para a construção de um discurso pedagógico eficaz. Ao utilizar recursos intertextuais, como citações e alusões, em suas postagens nas redes sociais, o perfil da Defensoria Pública do Estado do Maranhão consegue estabelecer uma relação de auxílio com seus seguidores,

que, em grande parte, não possuem um conhecimento aprofundado sobre os aspectos jurídicos abordados. Esse recurso linguageiro possibilita que os conteúdos se tornem mais compreensíveis e reforçam a posição superior do perfil @defensoriama no domínio do saber jurídico.

Além disso, as análises aqui feitas reafirmam a tese de que, para a LT, a argumentatividade está presente em todos os textos, mesmo aqueles que não comportam uma visada argumentativa. Em textos cujo objetivo é a informação/instrução, como as postagens do perfil @defensoriama, a argumentação se manifesta na tentativa de influenciar a percepção do público e orientá-lo em relação a um ponto de vista específico. O estudo da argumentação em textos que emergem do ambiente digital possibilita novas perspectivas para a compreensão dos diversos modos de interação junto a recursos tecnológicos como postagens, comentários, hashtags, arrobas entre outros.

Por fim, este trabalho reforça a importância do diálogo entre a Linguística Textual e a Teoria da Argumentação no Discurso, que tem se mostrado profícuo para entender as dinâmicas de argumentação e coerência em diversos tipos de texto, o trabalho também mostra novas abordagens sobre a modalidade argumentativa pedagógica e suas aplicações em contextos nativos digitais.

Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. *Textos: tipos e protótipos*. Traduzido por: Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* Contexto: São Paulo, 2019 [1992].

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; EMEDIATO, Wander. (org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Tradução: Eduardo Lopes Piris *et al.* São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 1, n. 1, p. 129-144, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011 [384-322 a.C.].

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Traduzido por: Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1979].

CARVALHO, Ana Paula Lima de. *Sobre intertextualidades estritas e amplas*. 2018. 136f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39589>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* *Linguística Textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes editores, 2022.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* *Linguística textual e argumentação*. Campinas: Pontes editores, 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva; GIERING, Maria Eduarda; PINTO, Rosalice Botelho Wakim Sousa. A negociação persuasiva para a análise da argumentação nos discursos. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 13, n. 25, p. 99-116, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/26368>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; PINTO, Rosalice; BRITO, Mariza Angélica Paiva. Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. *Diacrítica*, Braga, v. 32, p. 5-24, 2018. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/article/view/5012>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. *ReVEL*, edição especial, v. 14, p. 106-124, 2016. Disponível em: <https://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=44>. Acesso em: 20 nov. 2024.

COSTA, Dálete de Castro Braga. *Intertextualidades em ambientes digitais*. 2024. 147f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79244>. Acesso em: 26 nov. 2024.

DUTRA, Rafael Botelho. *Análise intertextual da polêmica em textos de protesto no ecossistema X*. 2024. 88 f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jsui/handle/tede/5861>. Acesso em: 26 nov. 2024.

DUTRA, Rafael Botelho; FARIA, Maria da Graça dos Santos. Intertextualidade e desqualificação do adversário no uso da hashtag em tuítes. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 22, n. 3, p. 92-109, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/3528>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FARIA, Maria da Graça dos Santos. *Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais*. 2014. 118f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8919>. Acesso em: 26 nov. 2024.

GENETTE, Gerard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Traduzido por: Luciene Guimarães e Maria Antônia Ramos Coutinho. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010 [1982].

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2001.

MACÊDO, Patrícia Sousa Almeida de. *Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual*. 2018. 245f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38840>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARANHÃO. *Lei Complementar Nº 19, de 11 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a organização e funcionamento da Defensoria Pública do Estado e dá providências correlatas. São Luís, MA: Diário Oficial do Maranhão, 1994. Disponível em: <https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/competencias>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MARTINS, Mayara Arruda. *Tecnotextualidade e campo dêitico digital – análise de aspectos interacionais e enunciativos*. 2024. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76875>. Acesso em: 30 nov. 2024.

NOBRE, Kennedy. Cabral. *Crêterios classificat6rios para processos intertextuais*. 2014. 128f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2014.

OLIVEIRA, Rafael Lima de; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. O texto e a tese. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 24, n. 1, p. 107-123, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47369/eidea-24-1-4107>. Acesso em: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, Rafael Lima de. *Uma análise textual do pathos em polêmicas*. 2020. 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51379>. Acesso em: 28 nov. 2024.

OLIVEIRA, Rafael Lima de; CAVALCANTE, Mônica Magalhães; SILVEIRA, Geana Barbosa de. O apelo ao pathos em textos e a modalidade argumentativa patêmica. *Revista Investigações*, v. 33, n. especial, p. 7-26, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2175-294x.2020.244461>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Tradução: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes editores, 2021.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PIÉGAY-GROS, Nathalie. Introduction à l'intertextualité. Paris: Dunod, 1996. Traduzido por: Mônica Magalhães Cavalcante. *Interseções*, n. 1, p. 220-244, 2010.

SANT'ANNA, Antonio Romanno. de. *Paródia, Paráfrase e Cia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SILVEIRA, Geana Barbosa da. *Estratégias de patemização e modalidade patêmica*. 2022. 101f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7105>. Acesso em: 28 mai. 2024.

Submetido em 10/01/2025

Aceito em 14/10/2025